

**From:** [Alexandre Borges Goncalves](#)

**To:** [saesp@inpi.gov.br](mailto:saesp@inpi.gov.br)

**Sent:** Wednesday, March 21, 2012 2:33 PM

**Subject:** Patentes de Software: Não Obrigado!

Gostaria de expressar todo meu descontentamento com essa ideia estapafúrdia de implementar patentes de software no Brasil.

Queria fazer algumas perguntas.

A quem isso atende?

Quem será beneficiado com isso?

Porque certamente essa medida não atende ao interesse geral, ao interesse da população, que é ter diversas empresas concorrendo em um mesmo seguimento.

Certamente isso atende aos anseios de empresas como Microsoft, Oracle, Apple e outras que usam o mecanismo de patentes para eliminar a concorrência.

Pergunto-me que indivíduo brilhante do INPI teve essa grande ideia.

Não posso deixar de ter a impressão de que, como é costumeiro no Brasil, algo está acontecendo nos bastidores que não é de conhecimento público e talvez nem possa ser.

Enfim, não será sem oposição alguma que vocês conseguirão realizar essa entrega dos interesses nacionais a empresas estrangeiras.

Pessoas de bem e de caráter certamente irão até as últimas consequências contra essa insanidade.

RESPONSÁVEL: Alexandre Borges Gonçalves

DATA DE ENVIO: 21/03/12

RESPOSTA:

Esclarecemos que o INPI não concede patente a programas de computador, pois estes não são considerados invenção pelo inciso V do Art. 10 da LPI. Tais programas são, entretanto, passíveis de proteção através da Lei de Direito Autoral nº 9.610/1998, observando o disposto na Lei de Software nº 9.609/1998.

Enquanto a LPI garante ao inventor o direito de proteger as características técnicas associadas a uma invenção, o Direito de Autor protege a expressão do trabalho intelectual relacionado à invenção, ou seja, o programa de computador em si. Assim, mesmo se o inventor de um processo implementar tal processo através de um programa de computador, este processo (e não o programa) pode ser protegido através do sistema de patentes.

As Diretrizes de Exame apresentadas visam uniformizar os procedimentos de exame de pedidos de patente envolvendo criações que se referem ou se baseiam em implementações por programa de computador, e não criar ou modificar leis. A regulação dos direitos e obrigações relativos à propriedade industrial é dada pela Lei 9279 de 14 de Maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial – LPI).